

Uma visão socioambiental sobre a fronteira no Cerrado

A socioenvironmental vision of the frontier in Brazil's Cerrado biome

Rodrigo Martins dos Santos*

* Geógrafo, Mestre em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais, pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília. Técnico do Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente.

End. Eletrônico: geografia@me.com

Recebido em 10.07.2014

Aceito em 23.07.2014

RESENHA

SILVA, Sandro Dutra; PIETRAFESA, Jose Paulo; FRANCO, José Luiz Andrade; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (orgs). *Fronteira Cerrado: sociedade e natureza no Oeste do Brasil*. Goiânia: Editora da PUC Goiás; Gráfica e Editora América, 2013.

O livro utiliza o conceito de “fronteira” para aglutinar artigos relacionados à sociedade e à natureza do Cerrado brasileiro. A publicação é uma continuação da parceria entre o Centro Universitário de Anápolis (Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente) e a Universidade de Brasília (Centro de Desenvolvimento Sustentável e Programa de Pós-Graduação em História), que deu origem, em 2012, ao livro *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*¹.

A socióloga Lucia Lippi Oliveira, no prefácio, ressalta que as categorias migração e fronteira permitem analisar a história do Brasil Central, pois a integração desse espaço ao território brasileiro foi sempre marcada pelo deslocamento de populações, mormente empobrecidas, advindas de outras regiões do país. Ao estabelecer esse diálogo, o livro também participa do campo de pesquisa da história ambiental, um campo “transdisciplinar por excelência”.

A obra é dividida em três partes. Na parte I, *Fronteiras do Oeste*, os artigos focalizam a incorporação do Cerrado ao Estado brasileiro, especialmente nos limites geográficos do estado de Goiás. O artigo *A certidão de nascimento de Goiás: uma cartografia histórica da fronteira*, do historiador Antônio Teixeira Neto, analisa quatro

mapas do século XVIII: um de Tosi Colombina (1751) e outros três de Tomáz de Souza (um de 1772; e dois de 1778). Considera o mapa de Colombina “a certidão de nascimento de Goiás” (tese contestada pelo historiador Wilson Vieira Jr. e pelos arquitetos Andrey Schlee e Lenora Barbo em pesquisas recentes²). O texto utiliza uma linguagem historiográfica rebuscada e traça algumas considerações em desuso, como a aplicação do termo “descobrimento” para o evento da chegada dos lusitanos à costa sul-americana. Refere-se às capitanias, sem mencionar a existência de povos nativos e o seu papel no território.

Outro artigo se intitula *O medo dos colonizadores em relação ao indígena na expansão da fronteira colonizadora, em Goiás, nos séculos XVIII e XIX*, do historiador Eliézer de Oliveira. É o único que põe em evidência a temática indígena. Faz críticas e reflexões sobre a construção do estado e o processo civilizatório em Goiás. Com base em correspondências e documentos oficiais do período colonial, procura evidenciar o medo que os colonizadores tinham de negros, mestiços e, em especial, dos povos indígenas Kayapó do Sul e Avá-Canoeiro. É rico em cenas de atrocidades cometidas pelos colonos contra os índios.

Outros dois artigos - *Coronéis e camponeses: a fronteira da fronteira e a tese da ‘fricção geográfica’ em Goiás*, do cientista político Francisco Campos, em coautoria com o historiador Sandro Dutra e Silva; e *A Fronteira Ouro e outras fronteiras nas gerais do Oeste: história ambiental da mineração em Pilar Goiás nos séculos XVIII e XIX*, da matemática Maria de Fátima Fernandes, em co-autoria com Sandro Dutra e Silva e a geógrafa Giovana Tavares, utilizam como base referencial os conceitos de “fronteira” de Turner e Hennessy. Contrapõem a esses autores as ideias de José de Sousa Martins, que trata a fronteira no Brasil como o espaço do domínio da barbárie, do desencontro de temporalidades, com enfrentamentos entre colonos e indígenas, coronéis e camponeses, grileiros e posseiros. Esses enfrentamentos, segundo Martins, só chegariam ao fim quando os conflitos fossem substituídos pela alteridade política. Não é muito diferente do que ocorreu nos EUA, apesar de Turner e Hennessy enfatizarem que na epopeia estadunidense os índios - mesmo defendendo o seu território - foram considerados os indolentes e bárbaros. Os dois textos buscam traçar a incorporação da fronteira goiana ao Estado brasileiro. Enquanto um enfoca o caso da mineração setecentista em Pilar de Goiás e destaca o despovoamento resultante da decadência da mineração, o outro enfoca o coronelismo dos séculos XIX e XX como um indicador de que não houve a emergência de valores democráticos, mas sim o predomínio da desumanização, que culminou na formação de latifúndios.

O artigo *Sertão Cerrado*, do historiador Eurípedes Funes, traça o processo de ocupação humana do Cerrado goiano, caracterizando brevemente os povos indígenas como moldadores do ecossistema e os colonos luso-brasileiros como os grandes impactadores, desde os garimpeiros até a agroindústria, passando pela pecuária extensiva. Discute a alternância do principal bem de capital no século XIX, que passou do escravo para a terra. Apresenta informações sobre legislação fundiária e algumas alternativas utilizadas para a usurpação da terra, por meio da violência contra indígenas e posseiros. A narrativa conclui que não é possível conciliar a lógica do capitalismo com a noção de desenvolvimento sustentável.

Uma cidade nos caminhos do 'Sertão de Goiás', da historiadora Gercinair Gandara, aborda as origens da cidade de Uruaçu-GO, no princípio do período republicano. Focaliza a trajetória de seu fundador, um coronel que migrou de Niquelândia-GO (antiga São José do Tocantins) devido a desavenças políticas com outro coronel. É um exemplo de conflito coronelista em Goiás, com jagunços, nepotismo, latifúndios e autoritarismo. O texto finda a sua narrativa com a chegada da BR-153 (Belém-Brasília), que trouxe uma drástica alteração no preço da terra e na densidade populacional.

Fundação Brasil Central e as relações entre Estado e território no Brasil, do sociólogo João Marcelo Maia, aborda a "Marcha para Oeste", no Estado Novo. Durante a Expedição Roncador-Xingu, que fazia o "desbravamento" do sertão e a "pacificação" dos índios, cabia à FBC implantar cidades, pistas de pouso, fazendas e ferrovias no Brasil Central. O artigo, usando documentos da FBC, ilustra o quão violento foi o processo de colonização promovido pelo órgão, seja junto à natureza, seja junto aos sertanejos pobres empregados nas suas ações. É um processo marcado por um autoritarismo próprio de iniciativas coloniais presentes na história do Estado brasileiro.

A parte II da coletânea, intitulada *Fronteira e Natureza*, buscou articular esses dois conceitos em um esforço de compreensão dos processos de apropriação do ambiente natural e seus impactos socioambientais, incluindo as representações sobre natureza próprias dos grupos que buscaram "domá-la". O texto *A expansão pioneira no Noroeste Paulista: os Alburns Ilustrados como documentação para uma História Ambiental da fronteira (1900-1930)*, do historiador Marcelo Mahl, revê os álbuns ilustrados, criados por prefeituras e sociedades do Noroeste Paulista para registrar e enaltecer a elite e as suas obras urbanas e rurais no primeiro quartel do século XX.

A temática de unidades de conservação (UCs) está presente nos artigos *As reservas particulares do patrimônio natural e a conservação da natureza na Chapada dos Veadeiros*, da geógrafa Priscylla Lima, em coautoria com o historiador José Luiz Franco; *Política de unidades de conservação do Estado de Goiás: avaliação da eficácia de gestão*, da contadora Edna Andrade, em coautoria com a socióloga Genilda Bernardes; e *Conservação da biodiversidade no bioma Cerrado: ameaças e oportunidades* (situado na terceira parte da coletânea), da bióloga Roseli Ganem, em coautoria com o sociólogo José Augusto Drummond e José Luiz Franco. O primeiro artigo contextualiza a categoria de RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Natural) e a evolução desta modalidade de UCs na região da Chapada dos Veadeiros, apresentando sugestões para ampliar o número e a qualidade delas. Apresenta ainda um histórico da criação de UCs na região, com destaque para a gradativa diminuição do parque nacional e a criação de Áreas de Proteção Ambiental (APAs). O segundo texto aborda a política de UCs em Goiás, emprega metodologia consagrada pela IUCN (*International Union for the Conservation of Nature*) de avaliação da eficácia de gestão de UCs e aponta que os parques estaduais de Goiás estão em situação "muito precária" ou "precária". Indica também as principais deficiências na gestão desses parques. O terceiro artigo desse grupo faz uma sóbria



crítica ao modelo predador do agronegócio e da expansão desenfreada da fronteira agrícola. Porém, não questiona o modo capitalista de produção. Sugere “um novo modelo de produção baseado na valorização da biodiversidade”, no qual a conservação se daria por meio da criação de UCs de proteção integral, pagamentos por serviços ambientais, sistemas agroflorestais, uso comercial da biodiversidade, recuperação de áreas degradadas, cumprimento das leis ambientais, educação ambiental para os produtores rurais, criação de RPPNs e turismo rural/ecológico. Não considera a contribuição dos povos indígenas e comunidades tradicionais para a conservação.

Sobre povos tradicionais há apenas o artigo *Fronteira no Cerrado e terras quilombolas em Goiás - Os Almeida de São Sebastião da Garganta*, da socióloga Julia Silva. É também o único texto que utiliza como método a história oral. Apresenta elementos de história, etnologia, geografia, sociologia e direito, indicando que a comunidade estudada é remanescente de quilombo - apesar da mesma não se considerar como tal.

Os artigos *Plantas aromáticas do bioma Cerrado: perspectivas para os estudos de bioprospecção e conservação biológica*, das biólogas Mara Magalhães, Josana Peixoto e Mirley Santos; e *Mudanças climáticas globais e distribuição geográfica de espécies: modelo de nicho aplicado a uma espécie de cupim e de árvore do Cerrado*, dos biólogos João Nabout, Pedro Borges, Karine Machado, Érica Ferreira, Solange Santos e Héliida Cunha, situam-se nas áreas de biologia e ecologia. O primeiro compara métodos físico-químicos de extração de óleo de plantas do Cerrado, contendo, inclusive, um quadro sobre diversos estudos pertinentes realizados neste século em Goiás. O segundo artigo estabelece cenários de distribuição geográfica do cupim *Constrictotermes cyphergaster* e da árvore *Qualea grandiflora*. Os autores usam o *software Maxent*, que emprega um algoritmo matricial georreferenciado abastecido por variáveis que formam o nicho ecológico das espécies. Foram utilizados dados climáticos atuais e futuros (com base em modelos do *Worldclim*) para prever as possíveis migrações das espécies estudadas.

A terceira e última parte da coletânea, *Novas Fronteiras*, propõe um diálogo sobre a dinâmica atual das ações humanas no ambiente do Cerrado. O artigo *Goiânia: Um marco na transformação do sertão e apropriação das áreas de cerrado*, da geógrafa Janes Luz, apresenta pontos positivos e negativos da implantação da nova capital goiana. É um texto de geografia urbana, que utiliza o conceito de espaço geográfico de Milton Santos. A autora defende que a palavra “sertão” está presente no imaginário lusitano colonial como “um espaço a ser explorado, ocupado, transformado e integrado”, e que deixaria de sê-lo quando incorporado ao progresso do desenvolvimento técnico. Assim, a criação de Goiânia se deu no sentido de distanciar o estado de Goiás da ideia de sertão brasileiro.

O artigo *Clero católico, pequenos agricultores e grande capital no vale mato-grossense do rio Araguaia (1967-1972): a visão do Sistema Nacional de Segurança e Informações - SISNI*, da historiadora Dulce Maciel, exprime a crueldade presente

na concentração latifundiária anterior à instalação da agroindústria. Utiliza-se de fontes documentais da SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste) e da Igreja Católica para evidenciar a violência sofrida por camponeses, indígenas (Xavante, Carajá e Tapirapé) e religiosos residentes ou atuantes no vale do Araguaia no período da ditadura militar, violência essa cometida pelos agentes do governo e pelas grandes empresas agrícolas.

Capital internacional e novas fronteiras na produção de bioenergia: estudos de caso de questões sócio ambientais, de autoria dos sociólogos José Pietrafesa e Pedro Pietrafesa, analisa os impactos socioambientais de atividades sucroenergéticas em pastagens no sul de Goiás, executadas por empresas como Cargill, Bunge e Shell, dentre outras. Os autores defendem que a indústria de biocombustíveis (que é principalmente estrangeira) concentra e degrada terra, mas vende uma imagem de responsabilidade ambiental (destacando o caráter renovável de seus produtos). Segundo os autores, as empresas lucram ao se apropriarem de tecnologia nacional, enquanto os seus passivos socioambientais não são avaliados. O texto demonstra que a moderna agroindústria é perversa e não incorpora a população da região na economia. Pelo contrário, apropria terras dos pequenos agricultores que deixam de produzir os alimentos localmente comercializados (carne, feijão, etc.); eles destinam as suas terras para a produção de matéria prima para combustíveis (ou soja). Por outro lado, o artigo mostra que há um desenvolvimento urbano nessas regiões, pois cresce o número de serviços e empregos técnicos e se expande a comercialização de produtos alimentícios de outras regiões. Entrementes, cresce o número de assaltos e outros crimes.

O artigo *Mudanças de uso do solo na Alta Bacia do Rio Araguaia e as relações com as políticas públicas de 1975 a 2010*, das geógrafas Karla Faria e Selma Castro, dedica-se à análise da paisagem por meio de geotecnologias (imagens de sensoriamento remoto processadas pelo *software* livre *FragSat*). Estuda os efeitos de borda que ocorrem em fragmentos de vegetação nativa na alta bacia do rio Araguaia. Com uma visão crítica, analisam as consequências da chamada “fronteira agrícola” e da agroindústria sobre o meio ambiente, em especial a biodiversidade. Essas consequências são preocupantes. As autoras apontam áreas que requerem medidas severas de recuperação.

Os artigos *Formação e expansão da fronteira agrícola em Goiás: a construção de indicadores de modernização*, do engenheiro Fernando Santos, em coautoria com o sociólogo Fausto Miziara; e *Rede empresarial para expansão da soja transgênica no Cerrado goiano*, do administrador Luís Cláudio Moura, em coautoria com o sociólogo Joel Orlando Marin, expressam a visão desenvolvimentista e empreendedora do agronegócio. Utilizam como conceito de “fronteira agrícola” uma “área potencial” para receber atividades de agropecuária, sem perceber o conflito gerado pela tensão entre esta atividade exógena e as atividades pré-existentes. Preferem usar termos como “insumos”, “defensivos” e “fertilizantes”, camuflando o papel tóxico e nocivo desses agroquímicos. O primeiro texto é um exercício de construção de indicadores de “modernização”; o segundo defende a



expansão da soja transgênica por meio de redes empresariais, como a formada pela Monsanto, Embrapa, Emater e CTPA. Os textos carecem de posicionamentos críticos sobre os impactos socioambientais promovidos pela agroindústria. Evidenciam apenas os benefícios econômicos para um setor da sociedade: os grandes produtores rurais. Desconsideram a concentração de terra e a redução das áreas usadas para a produção de alimentos, além da violência existente por detrás dessa economia. Não incorporam as ideias do desenvolvimento sustentável.

No conjunto, trata-se de uma coletânea bastante diversificada, em termos de abordagens, cujo eixo articulador refere-se às dinâmicas de ocupação, enfrentamentos e disputas em torno do Cerrado. O livro é recomendado a pesquisadores interessados sobre a história e o ambiente do bioma Cerrado, ou seja, a sua história ambiental.

NOTAS

1 FRANCO, J. L. A.; SILVA, S. D.; TAVARES, G. G.; DRUMMOND, J. A. *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

2 VIEIRA JR., W.; SCHLEE, A. R.; BARBO, L. C. *Tosi Colombina, Autor do Primeiro Mapa da Capitania de Goiás? In História e-história* ISSN 1807-1783. Campinas-SP: Unicamp, 2010. Disponível em <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=128>> acesso em 23 Jul. 2014.